

MULHERES PALESTINAS NO BRASIL: REPRESENTAÇÃO MIDIÁTICA, ESTEREÓTIPOS E ISLAMOFOBIA

PALESTINIAN WOMEN IN BRAZIL: MEDIA REPRESENTATION, STEREOTYPES AND ISLAMOPHOBIA



<https://doi.org/10.22228/rtf.v18i1.1432>

Simone Dahleh



Universidade Federal de Santa Maria



Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8192-1925>



E-mail: simone.munir@acad.ufsm.br

Resumo: O artigo busca analisar como a construção midiática de mulheres palestinas contribui para a consolidação da islamofobia no ambiente social. As representações são situadas no contexto histórico do colonialismo e do orientalismo, explorando a interseccionalidade de gênero, religião e etnia como essencial para essa discussão. O texto ressalta a importância de adotar uma abordagem crítica e interseccional para compreender e incluir as vivências dessas mulheres no Brasil.

Palavras-chaves: Mulheres palestinas, islamofobia, mídia.

Abstract: This article seeks to analyze how the media construction of Palestinian women contributes to the consolidation of Islamophobia in the social environment. The representations are situated in the historical context of colonialism and orientalism, exploring the intersectionality of gender, religion and ethnicity as essential to this discussion. The text highlights the importance of adopting a critical and intersectional approach to understand and include the experiences of these women in Brazil.

Keywords: Palestinian women, Islamophobia, media.

Introdução

O artigo tem como objetivo compreender de que maneira os estereótipos sobre mulheres palestinas são construídos e perpetuados, especialmente pela mídia hegemônica e no contexto social brasileiro. Para isso, além de considerar a conjuntura histórico-política da Questão Palestina, o texto inclui a interlocução de seis mulheres descendentes/imigrantes palestinas que vivem no Brasil¹, que compartilham suas percepções sobre as representações midiáticas, oferecendo uma perspectiva contra-hegemônica. A discussão também abrange o fenômeno da islamofobia — entendido, de

¹ O artigo faz parte de uma pesquisa maior que entrevistou dez mulheres palestinas que vivem no Brasil. Para além das entrevistas abertas e semiestruturadas em profundidade aplicou-se observação, diário de campo, formulário de identificação e diário solicitado. O artigo opta por identificá-las com nomes fictícios para manter o anonimato, apenas Hanan utiliza seu nome real por ser uma produtora de conteúdo online.

forma resumida, como um sentimento de “medo” em relação ao Islã —, sendo utilizada, para tanto, a análise de dados do *I Relatório de Islamofobia no Brasil*². Dessa forma, busca-se analisar como a islamofobia direcionada às mulheres no contexto brasileiro contribui para a construção de uma visão estereotipada sobre esse grupo.

A inclusão das entrevistas no trabalho busca trazer uma visão do grupo que vivencia a islamofobia em seu dia a dia. Considerar as narrativas de sujeitos comuns constitui uma forma de produção de conhecimento que se afasta dos moldes tradicionais e hegemônicos de construção científica. É nesse sentido que reside a potência das entrevistas: fazer ciência com aqueles que habitam o cotidiano social.

Valorização existencial que se dá também, segundo os graus, na outridade cultural, na “pequena história”, nas vozes marginais, despossuídas, perseguidas, nas culturas subalternas, naquelas que não foram escutadas ou não conseguiram se expressar. Democratização da palavra, recuperação da memória do povo, indagação do censurado, do banal, da simplicidade, frequentemente trágica, da experiência cotidiana: eis aqui o imaginário militante do uso da voz (dos outros) como dado, como prova e como testemunho de verdade, científica e midiática³.

As entrevistas em nosso contexto permitem uma contestação com uma determinada narrativa “estruturada”. Michel Pollak⁴ destaca como a história oral permite o confronto com as narrativas oficiais. Ao dar centralidade às experiências dos excluídos, marginalizados e minorias, essa abordagem evidencia a relevância das memórias subterrâneas — aquelas que, por integrarem culturas dominadas e minoritárias, se colocam em oposição à “memória oficial”.

Antes de seguir, cabe um adendo fundamental. O termo “Palestina” será utilizado neste texto em vez de “Territórios Palestinos Ocupados” (TPO) ou outras denominações para se referir ao território palestino sob ocupação israelense. Essa escolha considera a ilegalidade no não reconhecimento da Palestina como um Estado autônomo, além de destacar o caráter político da denominação⁵.

Para além do tema central, é essencial em nosso caso considerar a conjuntura e a Questão Palestina, já que essas variáveis afetam diretamente as representações de palestinos e as práticas preconceituosas contra esse povo. Ademais, como destaca

² BARBOSA, Francirosy. *I Relatório de Islamofobia no Brasil*. São Paulo: Ambigram, 2022. https://www.researchgate.net/publication/364311238_I_RELATORIO_DE_ISLAMOFOBIA_NO_BRASIL. Acesso em 10/01/2025.

³ ARFUCH, Leonor. *O espaço biográfico: dilemas da subjetividade contemporânea*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010, p. 250.

⁴ POLLAK, Michel. *Memória, Esquecimento, Silêncio*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

⁵ SAID, Edward. W. *A questão da Palestina* (1ª ed.). São Paulo: UNESP, 2012.

Aouragh⁶, o erro mais grave ao analisar a Palestina e os palestinos é deixar de mencionar os efeitos da ocupação e da guerra israelense. A acentuação do genocídio na Palestina desde outubro de 2023, acarretou em outro capítulo marcante na história do povo palestino e consequentemente nos episódios de islamofobia e representação estereotipadas desse povo. Por isso, de antemão, realiza-se uma contextualização do genocídio iniciado na Palestina desde outubro de 2023, uma breve apresentação da Questão Palestina, e da ocupação/colonização israelense ao longo do tempo.

O dia 07 de outubro de 2023, marca a Palestina em mais um episódio de extermínio. O ato em questão, é resultado de décadas de ataques, violências e opressão. O massacre iniciado desde então, tem sido visto como genocídio pela sua proporção. Em janeiro de 2024, a Corte Internacional de Justiça (CIJ), em Haia, como o maior representante de tribunal da Organização das Nações Unidas (ONU), emitiu uma decisão para investigar Israel contra o genocídio na Faixa de Gaza. O episódio teve início quando o Hamas, uma organização político-militar que não aceita a existência de Israel como legítima, usou cerca de 1.000 militares para se infiltrar no território israelita e matar centenas de soldados e civis israelenses, estima-se que foram mortas 1.200 pessoas.

Em novembro de 2024⁷, estima-se que mais de 44 mil palestinos tenham sido mortos, enquanto o número de mortes israelenses é de aproximadamente 1.400. De acordo com a ONU, 70% das vítimas palestinas são mulheres e crianças⁸, evidenciando graves violações dos Direitos Humanos, a necessidade urgente de um cessar-fogo e a responsabilização do Estado de Israel pelo crime de genocídio.

Essa disparidade deixa evidente que não se trata de um conflito, mas de um genocídio, caracterizado pelo assassinato deliberado, especialmente de mulheres e crianças. Contrariando a justificativa de Israel de combater o Hamas, o cenário aponta para uma estratégia de limpeza étnica⁹ contra os palestinos. Essa visão se sustenta na tentativa de eliminar mulheres, que simbolizam resistência ao reproduzir a população, e crianças, que representam a continuidade e a luta futura. Pesquisas de J. Abu-Lughod¹⁰ já

⁶ AOURAGH, Miriyam. *Palestine Online: Transnationalism, the Internet and the Construction of Identity*. I.B.Tauris & Co Ltd, London – New York, 2011.

⁷ Mortes em Gaza passam de 44 mil: Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2024/11/21/mortes-em-gaza-passam-de-44-mil.ghtml>. Acesso em 25/11/2024.

⁸ Quase 70% dos mortos verificados na Guerra de Gaza são mulheres e crianças, diz ONU. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2024/11/08/quase-70-dos-mortos-verificados-na-guerra-de-gaza-sao-mulheres-e-criancas-diz-onu.ghtml>. Acesso em: 25/11/2024.

⁹ PAPPÉ, Illan. *A limpeza étnica da Palestina*. São Paulo: Sundermann, 2016.

¹⁰ ABU-LUGHOD, Janet. *The transformation of palestine: essays on the origin and development of the arab-Israeli conflict*. In: Abu-Lughod, I. The demographic transformation of palestine. Northwestern University Press, 1971. <https://yplus.ps/wp-content/uploads/2021/01/Abu-Lughod-Ibrahim-ed.-The-Transformation-of-Palestine.pdf>

havam destacado a alta taxa de natalidade entre os palestinos como um fator essencial para a perpetuação dessa população, em contraste com as taxas israelenses, reforçando a percepção de que o extermínio de mulheres e crianças é uma estratégia para eliminar a demografia palestina.

O *I Relatório de Islamofobia no Brasil*, mostra que quando a pauta é sobre a violência de gênero, “as interpretações estão sempre atreladas à religião e não necessariamente ao machismo estrutural, ao patriarcado que há em todas as sociedades, independentemente de religião, da cultura etc., levando a uma identificação imediata entre Islam e misoginia”¹¹. Esses dados demonstram a emergência de se olhar para as questões de gênero para se compreender a complexa dinâmica que envolve a islamofobia. O artigo, justifica-se então por buscar compreender as representações de mulheres palestinas, justamente por essa perspectiva ser menos debatida no campo da ciência e ser de suma importância tensionar as questões de gênero, etnia, religião e política em um contexto geopolítico que marca a contemporaneidade.

Para tal, organiza-se o texto em três partes, para além desta introdução e considerações finais. Primeiramente, discorre-se sobre o conceito de orientalismo e colonialismo para entender a raiz das representações estereotipadas sobre o povo palestino, sobretudo, das mulheres palestinas, em seguida, as questões de gênero, religião e etnia são acionadas para compreender o entrelaçamento das questões propostas com dados sobre a islamofobia no Brasil, antes de encerrar o texto, apresenta-se uma análise do papel da mídia no reforço dos estereótipos contra os palestinos e uma discussão sobre as representações de palestinos e palestinas na mídia, por fim, encerra-se o texto fazendo uma retomada sobre o que foi debatido, buscando contornos sobre os desafios existentes para criação de uma sociedade mais inclusiva etnicamente.

ORIENTALISMO, COLONIALISMO, REPRESENTAÇÕES E ESTEREÓTIPOS

Para abrir o debate, é necessário trazer um dos conceitos mais importantes para quem busca compreender as representações de pessoas árabes, sobretudo, palestinas, a concepção de orientalismo proposta por Said¹². Para o autor, orientalismo é um conjunto de saberes literários, eruditos e artísticos construídos pelo Ocidente para falar sobre o Oriente. Said enfatiza que a perspectiva orientalista vai além de uma marcação territorial. O orientalismo se alastra em um corpo imaginativo que se estrutura segundo suas próprias referências e regras sobre um certo tipo de Oriente.

¹¹ BARBOSA, Francirosy. *I Relatório de Islamofobia no Brasil*. Op. Cit.p. 7.

¹² Said, Edward. W. *Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

O orientalismo se personifica na visão que constrói e nas representações do Oriente como o “Outro”, exótico, arcaico, misterioso, selvagem, que precisa ser domesticado e dominado, ou seja, colonizado. Tais descrições, recorrentemente são associadas aos palestinos, tanto no discurso estruturado pela mídia, quanto no ambiente social como um todo.

O discurso colonial legitima suas estratégias de domínio ao construir sistemas de representação que posicionam o colonizado como uma população inferior, baseando-se em uma origem racial. Dessa forma, a conquista, a administração e a imposição colonial tornam-se “justificáveis”¹³. Bhabha¹⁴ critica a abordagem de Edward Said sobre os usos do poder. Segundo o autor, o orientalismo de Said estabelece uma binariedade que cristaliza o poder colonial. Assim, a teoria de Said, ao deixar de lado os campos de poder, teria dificuldade em articular a dimensão histórica e o desejo (ou fantasia) como elementos que vão além da ideia de uma essência oriental equivocada.

Bhabha¹⁵ convida então a pensar que o orientalismo seria diferente de uma representação duvidosa do que seria o oriental. Não é que se captou de modo questionável essa essência, mas sim, que esse Oriente, como o orientalismo o concebe, não existe para além da forma como o Ocidente o constrói. Ou seja, enquanto uma construção fantasiosa. Bhabha não nega a proposta de Said, mas propõe um aprofundamento do que seria o orientalismo.

Para compreender a análise de Bhabha¹⁶, é importante notar que, para o autor, o poder se constitui de formas múltiplas e complexas. As estratégias do colonizador são marcadas por ambiguidades e ambivalências, o que significa que tanto o colonizador quanto o colonizado estão envolvidos em relações de poder, ainda que de maneira desigual. Por um lado, os muçulmanos são retratados como terroristas e atrasados; por outro, são vistos como seres exóticos e diferentes, capazes de despertar curiosidade. “Em cada caso, o que está sendo dramatizado é uma separação – *entre* raças, culturas, histórias, *no interior de* histórias – uma separação antes e depois que se repete obsessivamente o momento ou disjunção mítica”¹⁷. Assim, o autor argumenta que no processo de hibridização, ocorre uma mútua influência entre as práticas culturais e a construção identitária dos povos envolvidos.

¹³ BHABHA, Homi. A outra questão: O estereótipo, a discriminação e o discurso do colonialismo. In H. Bhabha, *O local da cultura* (pp. 117–143). Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2013.

¹⁴ *Idem*.

¹⁵ *Ibidem*.

¹⁶ BHABHA, Homi. *O local da cultura*. Op.Cit. 2013.

¹⁷ *Idem*, p. 126-127.

Para além do orientalismo, o colonialismo é um conceito central para a compreensão dos sistemas de representação de mulheres palestinas, já que é uma das estratégias mais bem articuladas de Israel para dominar a Palestina. Desde a partilha insolente do território palestino em 1947, descrita por Pappé¹⁸ como “limpeza étnica”, as marcas do colonialismo constituem a história de palestinos no mundo todo.

O primeiro passo, fundamental, portanto, é compreender a formação do sionismo e o processo de colonização na Palestina. Sayegh, um dos principais estudiosos do tema, desempenhou um papel fundamental ao fundar, em 1965, o Centro de Pesquisa da Organização para a Libertação da Palestina, em Beirute, Líbano. Em 1975, apresentou na Assembleia Geral da ONU a Resolução 3379, que reconhecia o sionismo como uma forma de racismo e discriminação racial, por sua defesa de ideias como pureza, segregação e supremacia racial. A resolução foi aprovada e permaneceu vigente até 1991, quando foi revogada pela Resolução 4686, como condição para a participação de Israel na Conferência de Madrid.

Sayegh¹⁹ analisa o processo de formação e fortalecimento do sionismo até 1948, quando atingiu seu ápice com a *Nakba*, ou limpeza étnica, como denominado por Pappé²⁰. De acordo com Sayegh, a colonização sionista teve início em 1880, período em que os europeus expandiam suas colônias na África, enquanto os sionistas viam na Palestina uma "oportunidade" para implementar seus projetos. Influenciados pelo nacionalismo europeu, alguns judeus passaram a adotar a ideia de que os laços religiosos e raciais poderiam formar uma "nacionalidade judaica", fundamentada na criação de um “Estado judeu” com território próprio. Inspirado no modelo de colonização europeu, o sionismo começou a planejar a construção de uma nação. No entanto, Sayegh aponta que os primeiros esforços para ocupar a Palestina enfrentaram resistência, já que muitos judeus optaram por migrar para os Estados Unidos ou para a Argentina.

Sayegh explica que, entre 1907 e 1908, o sionismo entrou em uma nova fase, ainda sem o respaldo de uma grande potência europeia, mas com características militarmente segregacionistas. O Relatório Campbell-Bannerman, produzido na Conferência Colonial do Império Britânico de 1907, apontava os países árabes e as populações que habitavam o Império Otomano como uma ameaça, recomendando a desintegração desses estados. Em 1909, foi estabelecido o primeiro *kibutz*²¹, enquanto a Palestina permanecia sob domínio

¹⁸ PAPPÉ, Ilan. *A limpeza étnica da Palestina*. Op. Cit 2016.

¹⁹ SAYEGH, Fayez. Zionist colonialism in Palestine (1965). *Settler Colonial Studies*, 2(1), 2012, 206–225. <https://doi.org/10.1080/2201473X.2012.10648833>

²⁰ PAPPÉ, Ilan. *A limpeza étnica da Palestina*. Op. Cit 2016.

²¹ *Kibutz* eram propriedades agrícolas israelitas vivenciadas por um socialismo radical.

árabe. Na década de 1920, os árabes palestinos ainda representavam entre 80% e 90% da população, conforme destaca Misleh²².

Para entender a forma de atuação do colonialismo na Palestina é preciso fazer uma distinção entre o colonialismo por exploração e o colonialismo por povoamento. De forma apressada, o primeiro tipo se refere, principalmente, à exploração de recursos naturais, materiais e mão de obra pelos europeus a partir de XVI, para conquistar recursos para a Europa. O segundo, denominado por Wolfe²³ como *Settler colonialism*, é aquele colonialismo orientado para a conquista de propriedade, controle e exploração da terra do colonizado. Para ter controle sobre esse território, o colonizador elimina o povo nativo de seu local. Desse modo, o colonialismo por povoamento é o que caracteriza a Questão Palestina.

O colonialismo descrito por Wolfe²⁴, caracteriza-se por uma luta de permanência dos povos nativos, assim, a simples permanência dos sujeitos em suas casas é um ato de resistência “para atrapalhar tudo o que o nativo precisa fazer é permanecer em casa”²⁵. Para Wolfe²⁶ esse tipo de colonialismo se liga diretamente ao genocídio, já que o território é essencial para a sobrevivência de um povo. O autor enfatiza que esse tipo de domínio elimina os sujeitos para substituir.

Referindo-se ao romance utópico "*The Old New Land*", de Theodor Herzl, fundador do sionismo, publicado em 1902, que afirma, em livre tradução: "se eu quiser substituir um edifício antigo por um novo, devo primeiro demolir o antigo", Wolf²⁷ demonstra que essa lógica tem sido aplicada pelo sionismo desde sua origem. Essa narrativa é continuamente reafirmada e atualizada pelo discurso de Israel, que segue a lógica de "ocupar a terra sem povo" e "fazer o deserto florescer", como exemplifica o princípio organizador do *Kibutz*, que previa a remoção das antigas oliveiras para o plantio de bananeiras em terras palestinas.

O colonialismo por povoamento é um processo contínuo no tempo, “a invasão é uma estrutura e não um evento”²⁸, e é, portanto, esse aspecto que aproxima o colonialismo exercido por Israel como um genocídio ao longo das décadas de ocupação. Wolf ainda sinaliza como outros marcadores identitários se ligam a essa operação: raça, religião e

²² MISLEH, Soraya. *Al Nakba: Um estudo sobre a catástrofe Palestina*. São Paulo: Sundermann. p. 41, 2017.

²³ WOLFE, Patrick. *Settler colonialism and the transformation of anthropology: The politics and poetics of an ethnographic event*. Londres-Nova Iorque: Cassell. 1999.

²⁴ WOLFE, Patrick. *Settler colonialism and the transformation of anthropology: The politics and poetics of an ethnographic event*. Op. Cit. 1999.

²⁵ *Idem*, p. 1.

²⁶ WOLFE, Patrick. Settler colonialism and the elimination of the native. *Journal of Genocide Research*, 8(4), 387–409. 2006. <https://doi.org/10.1080/14623520601056240>

²⁷ *Idem*.

²⁸ *Ibidem*, p. 388.

etnia, nesse caso, operam como categorias organizadoras e não como a principal razão da colonização, já que o território é o elemento irreduzível do colonizador.

Tanto o orientalismo como o colonialismo por povoamento marcam as identidades de mulheres palestinas, já que os apagamentos promovidos por Israel visam não só a desterritorialização, mas também o apagamento das narrativas palestinas.

Desse modo, os palestinos precisam se autodeterminar para existirem enquanto nação, e essa ação, de acordo com Jardim²⁹ carrega uma trajetória de variadas perspectivas e conflitos sociais. Já que a autodeterminação “palestino, palestina”, reflete uma identidade social ancorada no nacionalismo palestino que tem sido constantemente reafirmada por imigrantes e seus descendentes. Como destaca Said, a resistência é o que mantém a existência palestina:

A realidade palestina é, foi e, muito provavelmente, será construída a partir de um ato de resistência contra essa nova forma de colonialismo estrangeiro. O mais provável, porém, é que a resistência inversa que sempre caracterizou o sionismo e Israel perdure: a recusa em admitir e a conseqüente negação da existência dos árabes-palestinos, que estão ali não como um incômodo inconveniente, mas como uma população com um vínculo indissociável com a terra³⁰.

Nesse cenário, o discurso emerge como uma ferramenta crucial para que os palestinos resistam aos apagamentos nacionais. Nesta conjuntura, a representação dos palestinos na mídia – especialmente das mulheres palestinas – desempenha um papel essencial na construção do imaginário social sobre essa população. Por isso, é fundamental problematizar as representações estigmatizadas dessas mulheres, sobretudo quando são carregadas de islamofobia e estereótipos. Além disso, as vozes das mulheres palestinas raramente recebem destaque nas mídias hegemônicas, contribuindo para a perpetuação dessas imagens distorcidas, conforme demonstrado nas falas das mulheres palestinas abaixo:

A maioria tem esse conceito, uma mulher que não tem suas vontades próprias, que não é dona do seu nariz, nem dona da sua vida, né? *A mídia também distorce muita coisa, e isso acaba influenciando a opinião de muitos, né?* [...] Existem diferenças de educação daqui pra lá e de lá pra cá. [...] São culturas diferentes, vai existir essa diferença. Seja na Palestina ou em qualquer lugar do mundo. Chineses também têm uma cultura diferente, uma religião diferente [...]. (Entrevista com Sara, 2023).

²⁹ JARDIM, Denise (2003). Palestinos: As redefinições de fronteiras e cidadania. *Horizontes Antropológicos*, 19. 2003. <https://doi.org/10.1590/S0104-71832003000100010>

³⁰ SAID, E. W. *A questão da Palestina* (1ª ed.). São Paulo: UNESP, p. 9, 2012.

[A mídia enxerga de um modo] Totalmente errado, todos enxergam errado. Eles acham que a gente é submissa. Eles acham que a gente não manda em nada. Os brasileiros pensam que as mulheres árabes são mulheres escravas. Que é bem ao contrário, né? As mulheres árabes daqui são fortes, mas de lá também são. Eu vejo que as de lá, [são fortes] pelo fato delas administrarem financeiramente a casa, de colocarem as filhas fazerem faculdade, que é uma coisa que antes não tinha. (Entrevista com Miriam, 2023)

Por conta das redes sociais tem muito vídeo fazendo "zoação" com a cara dos muçulmanos e dos palestinos, vem muito das redes sociais e das notícias. Toda vez relacionam com atos de terrorismo - muçulmano, ato de terrorismo - Palestina... E eu acho que o pessoal cria uma visão em cima disso. [...] Acho que falam muita coisa errada, não vão atrás... eles [a mídia] falam muita coisa que não existe e deixam de falar o que é o certo, não procuram um conhecimento da Palestina. (Entrevista com Amanda, 2023).

Alsultany³¹ em sua pesquisa sobre as estratégias representacionais de árabes e muçulmanos na mídia, mostra que, após o 11 de setembro³², as representações desse grupo foram “complexamente simplificadas” em séries, filmes e no jornalismo. A autora enfatiza o caráter – ora patético e engraçado – dos árabes/muçulmanos, ora violento, terrorista e opressor. Alsultany observa a isenção de responsabilidade como uma estratégia usada para representar os árabes. Ao aviso de que seria impossível representar a sua diversidade – ou ainda, ao não nomear os personagens, a mídia impessoaliza e se isenta da responsabilidade para com os árabes/muçulmanos.

O reconhecimento das diferenças é essencial para a constituição das identidades. No entanto, no caso dos palestinos, essa percepção não ocorre de forma harmônica. Além de estarem inseridas em relações assimétricas de poder, as diferenças muitas vezes são vistas como uma ameaça à preservação do “Eu”. Como estratégia de autoproteção, o sujeito ocidental percebe a alteridade de forma negativa, tratando-a como algo que precisa ser combatido. Para enfrentar essa “ameaça”, o sujeito constrói estereótipos do “Outro”, com o objetivo de proteger sua própria identidade³³. Esses estereótipos, entendidos como arquétipos fixos dos sujeitos ou grupos sociais, reforçam padrões que cristalizam uma visão rígida sobre como esses indivíduos devem ser.

Nesse sentido, as mídias são utilizadas como um meio estratégico para a fixação dos estereótipos. Freire Filho³⁴ destaca que “o caráter estratégico da representação nas diversas instâncias e instituições culturais [...] afetam o modo como nós vemos e como

³¹ ALSULTANY, Evelyn. “Arabs and Muslims in the Media after 9/11: Representational Strategies for a ‘Postrace’ Era”. *American Quarterly*, vol. 65, no. 1, 2013, pp. 161–169.

³² Foi uma sequência de atentados organizado pelo grupo fundamentalista islâmico Al-Qaeda que matou 2.996 pessoas nos Estados Unidos.

³³ CHARAUDEAU, Patrick. Identidade social e identidade discursiva: O fundamento da competência comunicacional. In M. Pietrolungo (Org.), *O trabalho da tradução* (pp. 309–326). Rio de Janeiro: Contra Capa. 2009.

³⁴ FREIRE, João Freire. Força de expressão: Construção, consumo e contestação das representações midiáticas das minorias. *Revista FAMECOS*, (28), p. 20, 2005. <https://doi.org/10.15448/1980-3729.2005.28.3333>

somos vistos e tratados pelos outros”. O discurso produzido pelas mídias tende a homogeneizar as diferenças sob pretexto de uma defesa nacional, cultural e conservação dos valores conformados em determinada sociedade. A cultura ocidental³⁵ é demasiadamente enfatizada, enquanto a oriental é estigmatizada ou excluída do cenário. Isso tudo leva a representação de uma forma de ser mulher palestina, culminando em casos de islamofobia que discutiremos a seguir.

MULHERES PALESTINAS E A ISLAMOFOBIA NO BRASIL

Ao introduzir a temática de gênero no trabalho, torna-se fundamental falar de diferenças e sobretudo, de desigualdades. Para Sodré³⁶, o indivíduo é constituído por duas dimensões interdependentes, uma individual e outra social, ambas “interpretam-se e constituem-se dialeticamente, distinguindo-se no tempo oportuno enquanto função”³⁷. O autor sinaliza ainda, que o Ocidente tende a discriminar o “Outro” pelo não reconhecimento do processo complexo de exclusão que esse sujeito passa ao constituir sua identidade nas diferenças. Portanto, é preciso pensar na relação existente entre um reconhecimento filosófico sobre as diferenças do “Outro” e como isso acontece de fato na prática concreta nos espaços de convivência.

Para essa discussão, incorporamos as reflexões de Bhabha³⁸. Para o autor, há uma grande lacuna que distingue a diversidade cultural, enquanto uma categoria, e a diferença cultural, definida como um processo. De acordo com Bhabha, quando tratamos de hibridismo é preciso enfatizar o processo de negociação, resistência e de apropriação que ocorre no interior das culturas. Seria mais condizente então, falar de diferenças e não de diversidade, pois quando as culturas se encontram ocorre uma inter-relação e não uma simples troca/mistura harmônica. Por isso, assumimos a posição de diferenças e não de diversidade, pois o que ocorre com as mulheres palestinas que vivem no Brasil é um processo contínuo, marcado por resistências, apropriações e negociações.

A exclusão, salientada por Sodré³⁹, no caso de mulheres palestinas, perpassa vários caminhos, para além do gênero, a etnicidade, a cultura, a língua e a religião se ligam a essa exclusão cotidiana, que tende a incorporar-se no discurso islamofóbico. Por isso, é essencial

³⁵ É discrepante a quantidade de notícias e produtos midiáticos no Brasil que destacam o Ocidente em relação ao Oriente.

³⁶ SODRÉ, Muniz. *Claros e escuros: Identidade, povo e mídia no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes. 1999.

³⁷ *Idem*, p. 193.

³⁸ BHABHA, Homi. *O local da cultura*. Op.Cit. 2013.

³⁹ SODRÉ, Muniz. *Claros e escuros: Identidade, povo e mídia no Brasil*. Op. Cit.1999.

incorporar o debate sobre a interseccionalidade e a feminização das migrações ao nosso tema.

As mulheres palestinas vivenciam múltiplos atravessamentos, como ser muçulmana ou não, usar ou não o hijab, ter fenótipos árabes ou não, ser revertida ao Islã ou herdar a religião da família, além de fatores como a fluência ou não na língua portuguesa. Esses diversos marcadores sociais e identitários devem ser considerados para evitar a reprodução de estereótipos simplistas. Como salientam Hill Collins e Bilge⁴⁰:

A interseccionalidade, ao reconhecer que a desigualdade social raramente é causada por um único fator, adiciona camadas de complexidade aos entendimentos a respeito da desigualdade social. Usar a interseccionalidade como ferramenta analítica vai muito além de ver a desigualdade social através de lentes exclusivas de raça ou classe; em vez disso, entende-se a desigualdade social através das interações entre as várias categorias de poder.

As intelectuais negras foram pioneiras em refletir sobre a desigualdade social para além da questão de gênero. A emblemática pergunta "E eu não sou uma mulher?" (*Ain't I a Woman?*), feita por Sojourner Truth, abolicionista e ativista pelos direitos das mulheres negras, durante a Convenção dos Direitos das Mulheres em Akron (Ohio), em 1851, evidencia a exclusão das mulheres negras na concepção dos direitos "universais" das mulheres.

A reflexão de Truth demonstra que, embora a ideia de interseccionalidade tenha sido formalmente introduzida apenas em 1989, quando Kimberlé W. Crenshaw utilizou o conceito para abordar as dinâmicas de poder relacionadas a raça, gênero e classe, a questão já era discutida e articulada no âmbito do Feminismo Negro. Esse movimento, que começou a se estruturar no final da década de 1970, encontra suas raízes em reflexões iniciadas no século anterior.

Na década de 1980, no Brasil, feministas negras já discutiam questões interseccionais, ainda que não utilizassem esse termo. Lélia González e Sueli Carneiro destacaram-se como algumas das primeiras intelectuais brasileiras a refletir sobre as opressões interligadas de gênero, raça e classe. González⁴¹ observava que o movimento feminista liderado por mulheres brancas no Brasil frequentemente negligenciava a luta das mulheres negras, ao desconsiderar a dimensão racial. Para a autora, esse apagamento resulta dos efeitos do

⁴⁰ COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. Interseccionalidade. BOITEMPO. p. 45. 2020 Recurso eletrônico. Disponível em: http://www.ser.puc-rio.br/2_COLLINS.pdf. Acesso em 27/12/2023.

⁴¹ GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. *Tempo Brasileiro*, 1988, 69–82.

colonialismo e do imperialismo, que moldam o viés predominante na produção acadêmica ocidental.

O pensamento de González insere-se em uma perspectiva decolonial, ao criticar o eurocentrismo e a colonialidade epistêmica. Sua análise articula a interseção entre “racismo, colonialismo e imperialismo”. Além disso, a autora introduz o conceito de “amefricanidade” para reinterpretar as vivências de mulheres e homens negros a partir de uma perspectiva que desafia o olhar dominador europeu. Assim, a autora passa a compreender que a diáspora é um componente essencial a ser incluído nas análises sobre o colonialismo.

Norim, uma das interlocutoras da pesquisa, sentiu-se instigada a compartilhar como se auto-representa e como enxerga a si mesma a partir de sua descendência palestina. Ela relata que, a partir do momento em que tomou consciência de sua origem, passou também a repensar outras questões, inclusive aquelas relacionadas à raça:

Eu tenho repensado a minha branquitude um pouco nos últimos tempos. Tem sido um processo um pouco difícil. [...] Hoje em dia, depois de ter conversado muito, [...] ter lido muito sobre isso, eu não me considero mais uma pessoa branca. *Eu me considero uma pessoa marrom e eu digo isso, tipo, não tem a ver necessariamente com a cor da minha pele, mas com as coisas que eu ouvi, a partir do momento que as pessoas sabiam o meu sobrenome [árabe] faziam piada, [...]* e querendo ou não, eu sou árabe, eu me [...] considero uma palestina da diáspora. (Entrevista com Norim, 2023).

Segundo González⁴², o racismo constitui a base de todo o sistema de colonização e dominação. A categoria de raça é utilizada para estruturar as formas de inferiorização e controle sobre os colonizados. Como visto anteriormente, no caso de Israel e Palestina, essa dinâmica se manifesta por meio da inferiorização racial e étnica, sustentando a colonização. Esse sistema se reproduz tanto na Palestina quanto no Brasil, ou em qualquer parte do continente que os palestinos estiverem. De acordo com González:

Embora pertençamos a diferentes sociedades do continente, sabemos que o sistema de dominação é o mesmo em todas elas, ou seja: o racismo, essa elaboração fria e extrema do modelo ariano de explicação cuja presença é uma constante em todos os níveis de pensamento, assim com parte e parcela das mais diferentes instituições dessas sociedades⁴³.

⁴² GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. *Op. Cit.* 1988.

⁴³ Idem, p. 77.

O *I Relatório de Islamofobia no Brasil*⁴⁴ destaca a importância de considerar a interseccionalidade para compreender a complexidade da islamofobia. O documento aponta que o objetivo de estudar as causas desse “medo ao Islã” é entender os fatores que fundamentam o sentimento de repúdio aos muçulmanos. Segundo o relatório, a islamofobia é atravessada por diferentes elementos, como “questões de classe, raça e gênero, além de proposições que envolvem posicionamentos políticos de direita conservadora e tradicionalista, levando ao entendimento da islamofobia enquanto um fenômeno complexo e multidimensional”⁴⁵. Essa análise evidencia a relevância de abordar o tema sob a perspectiva da interseccionalidade.

Considerando a nossa limitação, enfatizamos, principalmente, a problemática de gênero relacionada às questões étnicas, religiosas, migratórias e diaspóricas. Para Sassen⁴⁶ a mulher deve ser vista como um ator-chave na interseção entre os processos de globalização e a migração. A autora destaca que a ausência nas pesquisas e no debate social sobre o papel da mulher no processo migratório não condiz com a centralidade que sua figura vem assumindo nesse contexto. Sassen ainda aponta a imigração e o refúgio árabe como sendo um dos deslocamentos humanos mais emergentes na contemporaneidade, em decorrência da brutalidade da guerra que acomete os países do Oriente Médio, forçando com que a população se desloque em busca de sobrevivência ou melhores condições de vida.

De forma parecida, Marinucci⁴⁷ destaca a importância do debate sobre as questões de gênero no processo migratório, para o autor, a temática avançou, embora ainda longe da complexidade e aprofundamentos necessários. Segundo Marinucci, a mudança do papel social da mulher, a ascensão no mercado de trabalho, a participação política e social tem transformado a lógica das mulheres como coadjuvantes nos processos migratórios e alterando as análises que consideravam a migração masculina como padrão, excluindo a migração feminina das problemáticas.

É sabido que a comunidade palestina no Brasil se constitui de migrantes e seus descendentes, por isso, importa sinalizar os aspectos de migração. Segundo a Federação árabe palestina do Brasil - Fepal⁴⁸, o Brasil possui uma comunidade de brasileiros-palestinos que soma cerca de 200 mil pessoas. Este dado foi obtido por meio de uma

⁴⁴ BARBOSA, Francirosy. *I Relatório de Islamofobia no Brasil*. Op. Cit. 2023.

⁴⁵ *Idem*. p. 5.

⁴⁶ SASSEN, Saskia. Formación de los condicionantes económicos para las migraciones internacionales. *Debate*, (63), 63–87, 2004.. [RFLACSO-ED63-05-Sassen.pdf](#)

⁴⁷ MARINUCCI, R. “E pur si muove”: A mobilidade das religiões e das religiosidades em contexto migratório. *REVER*, (1). 2022. <https://doi.org/10.23925/1677-1222.2021vol22i1a10>

⁴⁸ Disponível em: <https://www.brasildefatores.com.br/2023/11/21/palestina-brasileira-rio-grande-do-sul-abriga-milhares-de-imigrantes-palestinos-e-seus-descendentes>. 15/02/2024.

pesquisa encomendada pela Câmara de Comércio Árabe-Brasileira⁴⁹. Os dados são de 2020. O presidente da Fepal, Ualid Rabah, enfatiza que a maioria dessa comunidade é composta por descendentes, apesar de também haver migrantes. A questão essencial aqui é compreender, que, os palestinos carregam consigo uma forte manutenção de seus costumes e práticas por se caracterizarem como uma nação desterritorializada que só existe enquanto uma vontade política e uma autodenominação/autodeterminação.

Marinucci⁵⁰ mostra como as dinâmicas culturais e religiosas são transformadas no processo migratório. A migração intensifica a pluralização dos campos religiosos. Não apenas os sujeitos migram, mas suas religiosidades também, ou seja, tanto suas religiões quanto suas instituições religiosas passam por transformações. Para justificar a afirmação de pluralização e diversificação do campo religioso, Marinucci⁵¹ exemplifica com o fenômeno de “Eurabia”, denominado pela suposta islamização proveniente dos muçulmanos chegados à Europa ocidental na primeira década do século XXI. Outro aspecto que deve ser considerado são as instituições políticas, o *Muslim Ban*, por exemplo, foi uma Ordem Executiva⁵² de 2017 do então presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, que proibiu que cidadãos de maioria muçulmanos: Irã, Iraque, Síria, Iêmen, Somália, Sudão e Líbano fossem banidos de ingressarem nos Estados Unidos⁵³. Como veremos abaixo, uma das causas da islamofobia no Brasil é a ascensão da política de extrema-direita no país.

Segundo Marinucci⁵⁴, a migração pode levar a mudanças nas práticas religiosas dos indivíduos, ajustando suas identidades religiosas para se alinharem ao que é considerado “aceitável” ou “desejável” nos países de destino. Em situações extremas de vulnerabilidade, essas adaptações deixam de ser escolhas livres, tornando-se estratégias de sobrevivência.

Referenciando a análise de Sierra (2003), Marinucci⁵⁵ destaca que as mulheres muçulmanas não renunciam ao islã nos processos migratórios, mas compreendem que existem fatores específicos do país de destino, inclusive questões relativas ao papel de

⁴⁹ Disponível em: <https://anba.com.br/comunidade-arabe-e-6-da-populacao-brasileira-dizpesquisa/>. 15/02/2024.

⁵⁰ *Idem*.

⁵¹ MARINUCCI, R. “E pur si muove”: A mobilidade das religiões e das religiosidades em contexto migratório. *Op. Cit.* 2022.

⁵² Ver: https://en.wikipedia.org/wiki/Executive_Order_13769. Acesso em: 05/01/2024.

⁵³ Suprema Corte dos Estados Unidos dos EUA mantém proibição a muçulmanos anunciada por Trump. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/internacional/suprema-corte-dos-eua-mantem-proibicao-a-muculmanos-anunciada-por-trump/#:~:text=Cidad%C3%A3os%20vindos%20de%207%20na%C3%A7%C3%B5es,h%C3%A1%20meses%20por%20Donald%20Trump>. Acesso em: 05/01/2024.

⁵⁴ *Idem*.

⁵⁵ *Ibidem*.

gênero. Assim, essas mulheres ressignificam e reinterpretam a religião e as normas a partir do lugar do sujeito nessa nova sociedade.

A mudança ocorre, não apenas enquanto conversão a outras tradições religiosas, mas também como mudança de interpretação do pertencimento à própria tradição. Nos casos citados, é muito evidente o processo de individualização ou subjetivização da adesão religiosa que relativiza – não elimina – a mediação da comunidade ou da instituição. No caso específico do islã, isso dá origem, em muitos lugares do mundo, a modalidades diferentes de vivenciar e praticar a fé, o que questiona a visão essencialmente estereotipada das comunidades muçulmanas⁵⁶.

No caso do Brasil, o *I Relatório de Islamofobia no Brasil*, aponta que mulheres muçulmanas relatam o temor de utilizarem vestimentas islâmicas no país, principalmente pelo medo de retaliação e discriminação. O relatório ainda demonstra os fatores principais para a acentuação da islamofobia no Brasil que incluem: o atentado do 11 de setembro e a associação ao terrorismo; a racialização dos muçulmanos; a influência da extrema-direita e a da intolerância religiosa e o desconhecimento e a desinformação.

Os ataques de 11 de setembro de 2001 agravaram significativamente a situação e as consequências enfrentadas por árabes muçulmanos e palestinos. Gomes⁵⁷ destaca que o evento consolidou Israel como uma “nação modelo no que se referia ao combate – *high tech* – ao terrorismo”⁵⁸. Aouragh⁵⁹ ressalta o clima de medo e terror instaurado na vida dos palestinos após os atentados às Torres Gêmeas, em Nova York. Paralelamente, a mídia veiculava imagens de palestinos supostamente “comemorando” o ataque. Segundo Aouragh, muitas dessas imagens foram tiradas de contexto ou mesmo fabricadas, servindo como pretexto para Israel e entidades pró-israelenses estigmatizarem os palestinos como terroristas e ampliarem seu apoio internacional. Enquanto a repressão e a violência de Israel contra os palestinos se intensificava, a atenção midiática deslocava-se para Nova York, ignorando a escalada de tensões na Palestina.

Portanto, os ataques de 11 de setembro, de fato impactam profundamente a forma como a religião Islã passa a ser percebida a nível global. A cobertura midiática teve um papel importante nessa associação, já que criou uma atmosfera de “guerra ao terror”⁶⁰ alimentada pelo medo, desconfiança e preconceito com relação aos sujeitos muçulmanos.

⁵⁶ MARINUCCI, R. “E pur si muove”: A mobilidade das religiões e das religiosidades em contexto migratório. *Op. Cit.* p. 156. 2022.

⁵⁷ GOMES, Julia. *Dimensões cibernéticas de colonialidade, controle e resistência na Palestina Ocupada* (Dissertação de mestrado) Universidade de São Paulo, 2018.

⁵⁸ *Idem.* p. 101.

⁵⁹ AOURAGH, Miriyam. *Palestine Online: Transnationalism, the Internet and the Construction of Identity*. *Op. Cit.* 2011.

⁶⁰ Foi uma iniciativa militar dos Estados Unidos, realizada pelo presidente George W. Bush contra os territórios árabes e muçulmanos.

A racialização dos árabes é outro fator que potencializa a islamofobia. O processo de racialização dos árabes se refere a características de aparência física ou culturais que são associadas ao Islã. É comum haver confusão entre a religião muçulmana e a cultura árabe. Já que esse “Outro” é racializado como um grupo homogêneo e exótico, aquele que desperta curiosidade e ao mesmo tempo repulsa⁶¹. O terceiro fator apontado pelo relatório é a ascensão da extrema-direita e a intolerância religiosa no Brasil. O que fica evidenciado é a utilização da islamofobia como ferramenta para promover agendas políticas autoritárias e conservadoras, explorando o medo e o preconceito do “Outro” para engajar e ganhar apoio. Um exemplo disso, foi o caso da ex-primeira dama do Brasil, Michele Bolsonaro usando uma camiseta com a bandeira do Estado de Israel para votar nas eleições presidenciais de 2022⁶². Tanto Michele Bolsonaro quanto Jair Bolsonaro, ex-presidente do Brasil (2019-2023), possuem um discurso alinhado ao evangelismo, o que acentua a intolerância religiosa por se associar a fatores históricos, políticos e sociais, como a competição por fiéis e a ascensão do fundamentalismo religioso. O relatório aponta ainda que este grupo religioso é frequentemente citado como o mais intolerante com relação ao preconceito associado aos muçulmanos.

Nessa discussão, é fundamental destacar o papel da mídia para a acentuação e propagação da intolerância religiosa ao Islã. Para além da difusão dos estereótipos, a desinformação de que a comunidade árabe se concentra em um bloco monolítico, ignorando a diversidade religiosa e cultural que existe na comunidade muçulmana/árabe também é reforçada nos discursos midiáticos. Na seção a seguir, analisa-se como as mulheres palestinas, árabes e muçulmanas são representadas na mídia e como essa representação propaga e reforça a islamofobia por meio dos estereótipos.

REPRESENTAÇÕES DE MULHERES PALESTINAS NA MÍDIA E O REFORÇO DOS ESTEREÓTIPOS

Já foi sinalizado por Sodré⁶³ que a mídia tende a ignorar a questão identitária e enfatizar uma perspectiva eurocêntrica nos meios. Os profissionais inseridos nas instituições midiáticas, “esquecem” que suas concepções estão alinhadas ao Ocidente, o que reflete diretamente nas representações que se constroem nas instâncias midiáticas e

⁶¹ Said, Edward. W. *Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente*. Op. Cit. 1996.

⁶² Michelle vota com camiseta de Israel; Instituto Brasil - Israel Crítica. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2022/10/30/michelle-bolsonaro-troca-verde-e-amarelo-por-camiseta-de-israel-para-votar.htm>> . Acesso em 11/11/2024.

⁶³ SODRÉ, Muniz. *Claros e escuros: Identidade, povo e mídia no Brasil*. Op. Cit. p. 29. 1999.

consequentemente nos imaginários sociais. Como lembra Said⁶⁴, “hoje, um ocidental em busca de indicações e informações sobre o Oriente (ou sobre os orientais) recorre aos sionistas”. As construções midiáticas representam uma das entidades mais significativas por criar e disseminar visões redutoras e preconceituosas com relação aos palestinos e ao Islã.

Said⁶⁵ analisa as representações da guerra de Israel contra a Palestina, destacando que os palestinos são frequentemente retratados como desfavorecidos e injustiçados, enquanto Israel é descrito como o “Estado do povo judeu”, sem a responsabilização pelos sofrimentos impostos aos palestinos. O autor aponta uma ironia complexa e contraditória: o povo judeu, historicamente vitimado pelo antissemitismo e pelo Holocausto, incorpora o que Said denomina como “o fator mais moralmente complexo de todos”⁶⁶. Nesse contexto, os palestinos são caracterizados como as “vítimas das vítimas”⁶⁷, evidenciando a complexidade das relações entre os dois povos. Essa análise também expõe a desinformação e as narrativas simplificadas propagadas tanto na esfera social quanto na mídia, em que, além de interesses econômicos e políticos, prevalece uma narrativa vinculada à ideia de reparação histórica para o povo judeu.

Em novembro de 2023, o jornalista da GloboNews Jorge Pontual gerou controvérsia após comentários favoráveis aos ataques de Israel contra ambulâncias e civis na Faixa de Gaza⁶⁸. O episódio levou usuários da plataforma X a tornarem o tema “Globo apoia genocídio” um dos mais discutidos. Posteriormente, Pontual pediu desculpas pela declaração, enquanto a emissora manteve silêncio sobre o caso. Como observa Said, “cada declaração a favor de Israel aumenta e concentra a pressão para que os palestinos se cale e aceitem a repressão. Assim, é legítimo e aceitável ser a favor de Israel e contra os palestinos”⁶⁹.

Baldin e Ramos⁷⁰ demonstram que, historicamente, Israel tem maior facilidade em difundir seu enquadramento dos acontecimentos na mídia nacional e internacional. Essa vantagem, de acordo com as autoras, resulta do caráter nacionalista da mídia israelense, em contraste com as dificuldades enfrentadas pelo jornalismo, como barreiras de acesso e limitações à liberdade de expressão, que acabam tornando a cobertura dependente das

⁶⁴ SAID, E. W. *A questão da Palestina* (1ª ed.). Op. Cit. p. 24, 2012.

⁶⁵ *Idem*.

⁶⁶ *Ibidem*. p. 137.

⁶⁷ *Ibidem*. p. 33.

⁶⁸ Comentarista da GloboNews gera caos com opinião sobre ataque de Israel a Gaza. Disponível em: <https://noticiasdatv.uol.com.br/noticia/televisao/comentarista-da-globonews-gera-caos-com-opinioao-sobre-ataque-de-israel-a-gaza-110976>. Acesso: 13/02/2024.

⁶⁹ *Ibidem*. p. 46.

⁷⁰ BALDIN, Vitória & RAMOS, Daniela. Reflexões sobre a relação entre mídia noticiosa e o conflito entre palestinos e israelenses. *Comunicação & Informação*, 26, 299–315, 2023. <https://doi.org/10.5216/ci.v26.76297>

fontes oficiais israelenses para informar sobre a região. A pesquisa também evidencia que esses fatores contribuem para uma homogeneização da cobertura midiática, favorecendo uma perspectiva pró-Israel no enquadramento do conflito. Outro ponto destacado é a confiabilidade atribuída às fontes israelenses, em contraste com o apagamento de fontes palestinas e o uso de estereótipos para retratar os palestinos.

Quanto às representações das mulheres muçulmanas na mídia, o que sobressai é a determinação do Ocidente em livrar as mulheres da suposta “submissão” imposta a elas pelo Oriente, ou pelo islã. Abu-Lughod⁷¹ aponta que essa obsessão reside em uma superioridade ocidental como se as mulheres muçulmanas não tivessem nenhuma agência sobre suas vidas. Esse empenho, muitas vezes é construído e reforçado pela mídia ocidental que coloca seu foco no uso do hijab. A fala da interlocutora abaixo deixa explícito essa questão:

O ocidente grita muito alto pelos direitos das mulheres quando eles querem descrever a falta do direito através do hijab, através da vestimenta dela, *aí eles veem a gente com o hijab e nos veem ‘oprimidas’ e já querem gritar por nós: ‘vamos arrancar isso da cabeça delas’* [...] elas não têm voz, elas não têm forças para falarem, então vamos falar por elas. *Aí eles querem falar por nós*, seja aqui do Brasil, ou seja de qualquer outro lado do mundo, se grita com fervor: “vamos arrancar isso”. Agora, o que me chama atenção é que, porque quando é para se manter de hijab, aí não é um direito? Aí não causa comoção, não causa essa revolta, aí ninguém fala, nem a mídia fala, ninguém fala. (Entrevista com Hanan, 2023).

Abu-Lughod⁷² destaca que essa obsessão pelo hijab é uma forma de legitimação de seu poder ocidental frente à cultura “atrasada” do Oriente Médio. Para refutar essa visão, a autora propõe que ao invés de buscar “salvar” as mulheres – considerando a superioridade e violência colonial que isso acarreta –, é preciso pensar em melhores termos para essas representações, reconhecendo-as como sujeitos passíveis à transformação histórica. Isso significa reconhecer e respeitar as diferenças – como produtos históricos e manifestação de desejos estruturados de diferentes modos.

O *I Relatório de Islamofobia no Brasil*, aponta que o receio da expressão religiosa Islã, principalmente associado às mulheres, está atrelado ao temor de como os amigos e familiares irão receber essa informação. O documento aponta que o constrangimento religioso é registrado por 83,2 % das participantes da pesquisa. Abaixo, os locais e as formas de preconceito e violência mais destacado pelas mulheres:

⁷¹ ABU-LUGHOD, Lila. Do muslim women weally need saving? Anthropological Reflections on Cultural Relativism and Its Others. *American Anthropologist*. (No. 3, Vol. 104) 2002.. <https://doi.org/10.1525/aa.2002.104.3.783>

⁷² ABU-LUGHOD, Lila. Do muslim women weally need saving? *Op. Cit.* 2002.

O espaço público (rua) é o lugar de maior incidência à violência em relação às mulheres muçulmanas. 72% dessas violências acontecem na rua, seguida do trabalho (39,9%), universidade (31,8%) e casa (29%). A violência verbal tem destaque de 92,2%, seguida por moral (45,5%) e física (10,5%)⁷³.

Em consonância com os dados do *Relatório*, as interlocutoras, principalmente as que usam o hijab, afirmam que que nos espaços públicos são onde mais enfrentam xenofobias. Assim como salientado anteriormente por Marinucci⁷⁴, Sara evidencia que sua filha foi forçada a retirar o hijab para garantir sua sobrevivência e integração. Essa violação do direito à expressão religiosa é percebida por essas mulheres como um sacrifício necessário para transitar em segurança nas ruas, obter emprego ou ainda para melhorar suas condições de adaptação em espaços como universidades. Abaixo, os relatos:

Foi difícil o fato de usar o lenço, parecia que eu era a única no mundo que usava lenço, sabe? Parecia um E.T quando cheguei [risos]. Mas a adaptação foi super bem depois, [...], o pessoal [brasileiros] acaba se adaptando também. [Pausa longa] [risos] é... de uma certa forma. O Brasil eu considero como minha segunda casa de coração. [...] O Brasil é o país que me acolheu. Tem umas cidades que eu morei que foi bem esquisito, [...] as pessoas me estranhavam com o lenço... claro, qualquer lugar do Brasil estranham por causa do véu né, que fica uma coisa bem fora do comum. Mas na Serra Gaúcha [Taquara] parecia extraterrestre assim. Olhava pra mim tipo: “meu Deus, o que essa mulher tá fazendo aqui”. [...] Uma vez em Pelotas, atravessando a rua, um “cara” parou de moto na minha frente e disse: “olha a bomba” [...]. Tu sabe que tu não vai ser bem recebida por todos. Eu não espero que todos vão me entender, vão me receber bem, mas em geral tem gente que te acolhe, te dá carinho, abraço e te acha uma pessoa maravilhosa, outros que olham para os imigrantes árabes e acham que são terroristas que vão fazer algo errado então a gente não tem como tirar uma conclusão de todo pessoal. (Entrevista com Sabah, 2023).

Quando ela [filha] foi para a Palestina, ela já tinha colocado o hijab antes dela ir. [...] apesar de que eu e o pai dela na época sentarmos e conversarmos com ela: [...] se ela sabia o preço que ela iria pagar, por as pessoas não entenderem aquilo. [...] A gente ficou um tempo lá em Santana do Livramento e lá tem uma comunidade maior, lá praticamente todas as mulheres usam o véu, todas não, digamos uns 50% delas usam. Então não foi tão difícil para ela manter esse hábito. Quando voltamos para Porto Alegre, que foi em 2008, ela transferiu a faculdade [...] E aí quando ela transferiu esse curso foi difícil para ela, a aceitação primeiro, de ela vestida daquela forma... porque para as pessoas, o fato de usar véu elas já te enxergam como “mulher bomba”, que era exatamente o que eles falavam para ela: olha a “mulher bomba”! Olha a mulher do Osama bin Laden! Chegaram a puxar o véu dela. Isso causava muita irritação para ela e ela chegava a chorar por causa disso, no fim ela acabou decidindo tirar o véu. (Entrevista com Sara, 2023).

⁷³ BARBOSA. Francirosy. *I Relatório de Islamofobia no Brasil*. Op. Cit.p. 64

⁷⁴ MARINUCCI, R. “E pur si muove”: A mobilidade das religiões e das religiosidades em contexto migratório.Op. Cit. 2022.

No campo acadêmico, estudos sobre as representações de palestinos na mídia revelam o reforço de estereótipos e preconceitos contra árabes. Krauss⁷⁵ analisa como a *Folha de S. Paulo* construiu a alteridade entre Ocidente e Oriente na cobertura do conflito Palestina-Israel (1947-2009). Inicialmente, as imagens tinham um tom informativo, mas gradualmente adotaram um caráter propagandístico e emocional. A pesquisa destaca a binariedade na representação: palestinos são retratados como “os outros”, com ênfase em trajes religiosos e cenários arcaicos, como mulheres árabes pastoreando ovelhas entre escombros ou homens em carroças nas ruas de Gaza, enquanto israelenses aparecem com características ocidentais, conectados culturalmente à Europa e aos EUA.

Já a pesquisa de Cardoso⁷⁶, examina como a mídia brasileira retrata os refugiados, utilizando elementos de guerra e paz. O estudo constata que a imprensa brasileira se concentra na violência e na vitimização para apresentar os refugiados, promovendo estereótipos e retratando-os como uma ameaça. Cardoso cita exemplos como a matéria “Menina palestina escolhe ser mulher-bomba” (O Globo, 21/04/2002), que retrata uma menina de 11 anos como violenta por sua resposta afirmativa à possibilidade de se tornar uma mulher-bomba. Outro exemplo é a representação de mulheres palestinas como “exóticas” devido ao uso do hijab, destacando-o como um símbolo de diferença.

A pesquisa de Martin⁷⁷ investiga a interseção entre mídia, religião e mulheres em situações-limite, como violência, guerra, prisão e exílio, analisando os relatos de três mulheres: uma sobrevivente de um gueto judeu, uma refugiada síria e uma ex-detenta brasileira. O estudo evidencia a invisibilidade dessas mulheres na mídia, especialmente as negras, cujas violências são frequentemente desacreditadas. Essa ausência reforça estereótipos e dificulta discussões sobre igualdade de gênero, enquanto temas como guerra, fuga e estupro no exílio são negligenciados em favor de pautas como beleza e carreira. Apesar de apontar os aspectos opressores da religião, Martin destaca seu papel socializador e solidário, essencial no recomeço das vidas dessas mulheres. Além disso, a pesquisa ressalta que, embora o Brasil se destaque no acolhimento de refugiados árabes, as histórias e perspectivas femininas continuam sub-representadas na mídia brasileira.

A mídia, ocupando um papel central na contemporaneidade, torna-se responsável por criar um espaço democrático para a difusão de mensagens e informações na sociedade. No caso analisado no texto, observa-se que ela comete falhas tanto na disseminação de

⁷⁵ KRAUSS, Regina. *Um certo Oriente: A caracterização de palestinos e israelenses na cobertura fotográfica da Folha de S. Paulo*, (Dissertação de mestrado) Universidade Estadual de Londrina, 2011.

⁷⁶ CARDOSO, Anelise. *Jornalismo para a paz ou para a guerra: A representação do refugiado na cobertura jornalística brasileira*. (Tese de doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2013.

⁷⁷ MARTIN, Alexandra. *Mídia, religião e mulheres em situações-limite*. (Tese de doutorado). Universidade Metodista de São Paulo, 2018.

informações equivocadas e estereotipadas quanto na manutenção da invisibilidade do tema.

Desse modo, ressaltamos que, além dos dados e fatores apresentados no *I Relatório de Islamofobia no Brasil*, a islamofobia está intrinsecamente ligada à construção do orientalismo e do colonialismo, ao discurso sionista e à atuação da mídia hegemônica. Essa mídia raramente concede protagonismo ou voz às mulheres palestinas, perpetuando estereótipos e limitando a possibilidade de que elas expressem suas práticas, perspectivas e entendimentos sobre o contexto em que vivem.

Para Candau⁷⁸, memória e identidade são dimensões que se complementam, uma vez que as identidades se constroem a partir das memórias e do discurso. A reconstrução dessas memórias está ligada ao desejo de transmitir uma herança cultural. No entanto, nem todos os indivíduos de um mesmo grupo recordam o passado da mesma forma. É nesse ponto que os discursos e o poder se entrelaçam: um grupo social só detém determinada memória quando a reivindica. Por isso, na contemporaneidade, assistimos ao surgimento de novas narrativas que se confrontam com as versões oficiais da história. Grupos historicamente oprimidos — os “vencidos” — passam a reivindicar o direito de contar suas próprias perspectivas. Desse modo, incorporamos a perspectiva de mulheres árabes/muçulmanas palestinas como um modo de observar de que forma suas narrativas podem se posicionar frente aos discursos hegemônicos criando um contraponto aos estereótipos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Questão Palestina é marcada por um histórico de conflito e desinformação que molda a percepção sobre o povo palestino no mundo. A mídia, influenciada pelo orientalismo e por um discurso pró-Israel, contribui para a construção de estereótipos e preconceitos contra os palestinos. É nesse contexto que a islamofobia emerge como um fator agravante, particularmente para as mulheres palestinas.

A islamofobia no Brasil é intensificada por diversos fatores, como a associação do Islã ao terrorismo após o 11 de setembro, a racialização dos muçulmanos e a influência da extrema-direita. A desinformação e a falta de representatividade na mídia reforçam estereótipos e impedem que a diversidade da comunidade árabe-muçulmana seja reconhecida.

As mulheres palestinas, em particular, enfrentam desafios específicos devido à interseção de gênero, religião e etnia. O uso do hijab, por exemplo, torna-se um marcador

⁷⁸ CANDAU, Joel. *Memória e Identidade*. São Paulo: Contexto, 2011.

de diferença que as expõe a violência e discriminação. A mídia, ao invés de amplificar suas vozes e perspectivas, frequentemente as retrata como vítimas passivas da “opressão” ou como figuras exóticas, perpetuando uma visão distante da realidade e que nada contribui para um espaço mais democrático.

Para combater a islamofobia e promover uma sociedade mais inclusiva, é crucial desconstruir as visões reducionistas e narrativas orientalistas que permeiam a representação midiática das mulheres palestinas. Para tal, é preciso considerar a interseccionalidade, reconhecendo as múltiplas formas de opressão que as mulheres palestinas enfrentam, e garantir que suas vozes e experiências sejam representadas de forma autêntica.

Por fim, o artigo buscou debater e refletir sobre os fatores da islamofobia no Brasil, sobretudo, a partir de uma perspectiva de mulheres palestinas. Nessa reflexão, percebe-se a importância de avançar para uma compreensão mais nuançada e empática da realidade das mulheres palestinas, combatendo a islamofobia e promovendo o respeito à diversidade e as diferenças.

Recebido em 19 de novembro de 2023.
Aceito em 03 de dezembro de 2023.